

A MODALIDADE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE APONTAM OS DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA?

Nathan de Sousa Ranna ¹
Saraa César Mól ²
Gabriela Salomão Alves Pinho ³
Andréa Silva do Nascimento ⁴

RESUMO

Este trabalho faz parte da pesquisa que investiga a política de acesso, permanência e êxito à educação profissional a partir de um exemplo empírico: o processo seletivo do ensino médio integrado, tendo como escopo o ingresso de estudantes no decorrer do segundo semestre de 2021, beneficiados por um convênio entre a gestão do IFRJ/ campus Duque de Caxias e a prefeitura do município que o sedia. Na primeira etapa, investigou-se a territorialidade. Ou seja, a localização das escolas progressas dos estudantes selecionados, possibilitando identificar a importância da política de interiorização dos institutos federais. A etapa atual caracteriza-se por um levantamento bibliográfico sobre a questão em pauta: política de acesso à educação profissional. O recorte baseou-se nos trabalhos apresentados durante as reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a partir da 27ª. A escolha justifica-se pelo papel desempenhado pela Anped no cenário educacional brasileiro e pelo debate político - dado o início do governo eleito da época - sobre os rumos das antigas escolas técnicas federais, que deflagraram em uma nova institucionalidade: os institutos federais. Foram encontrados 20 trabalhos de todos os artigos submetidos aos seus grupos de trabalho (GT 9: trabalho e educação) e (GT 5: Estado e Política Educacional). A partir de 2004 já era possível observar discussões em torno do que se consolidou, em 2008, no decreto 11.892/2008: um marco na oferta e diálogo de políticas públicas da educação profissional e tecnológica. Assim, discorrer sobre políticas de acesso é compreender que a educação requer identificar quais fatores influenciaram na permanência e êxito de alunos historicamente excluídos por políticas elitistas, pois rompe paradigmas envolvendo a meritocracia como critério chave para uma aprendizagem efetiva e fomenta o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo dos sujeitos envolvidos na busca por uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação profissional, políticas educacionais de acesso, institutos federais.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFRJ, nathan.s.ranna@gmail.com;

² Doutora em Educação pela UNIRIO. Docente do Centro Universitário Celso Lisboa, saraa_mol@ymail.com;

³ Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/ RJ. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ campus Duque de Caxias, gabriela.pinho@ifrj.edu.br;

⁴ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana/ UERJ, Especialista em Educação Especial (UCB).

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/ campus Duque de Caxias, andrea.nascimento@ifrj.edu.br.

INTRODUÇÃO

Sob o escopo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação profissional e tecnológica define-se como uma modalidade de ensino cujo principal propósito é qualificar os sujeitos para sua inserção no mundo do trabalho e participação efetiva da vida em sociedade.

Para se configurar um direito humano fundamental, é indispensável garantir o acesso e a continuidade na educação básica a todos os jovens. Trata-se de uma responsabilidade da sociedade como um todo, e, em especial, do poder público. Segundo Libâneo (2013), a educação necessária é aquela que deve garantir a todos os estudantes, sob igualdade de condições, a aquisição de conhecimentos organizados e o aprimoramento de suas habilidades intelectuais e cognitivas necessárias para progredir ano após ano em seus estudos, bem como para cumprir funções sociais e profissionais.

Mas o que é educação básica? Na visão de Cury (2008), a expressão "educação básica" representa um conceito multifacetado no âmbito educacional, pois ao abranger a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, a educação básica configura-se como um direito fundamental de todos os cidadãos e um dever do Estado. Neste sentido, ao considerarmos a interligação entre a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Básica no Ensino Médio, percebemos a relevância de garantir não apenas o acesso, mas também a qualidade. Em suma, não basta simplesmente ofertar educação; é imperativo que essa educação seja de qualidade, pois ela é o alicerce sobre o qual se constrói a formação dos indivíduos e, por conseguinte, o desenvolvimento humano.

Neste contexto, é importante considerar como as teorias educacionais e o planejamento das mudanças na educação influenciam a ideia de qualidade educacional. Conforme Ferreira e Tenório (2010), o conceito de qualidade na educação é fortemente moldado pelas teorias educacionais e pela maneira como as mudanças no sistema educacional são estruturadas. Isso é especialmente evidente em países em desenvolvimento, onde coexistem duas influências significativas em relação ao tema, de acordo com os autores:

De um lado, uma tendência com foco nos macros aspectos da educação, que enfatiza avaliações quantitativas em larga escala para os diferentes aspectos da qualidade em educação, e prefere soluções técnicas e medidas centradas no conceito de eficiência. De outro lado, a segunda tendência, reconhecendo a fragilidade do Estado para a implantação de programas de qualidade em educação, destaca a interação entre escolas e comunidades locais, enfatizam avaliações mais qualitativas e focaliza no micro nível escolar, afastando-se de estudos de larga escala, e propondo soluções políticas e não homogêneas, dando maior atenção à complexidade, incertezas e

unicidade dos parâmetros escolares de qualidade (FERREIRA E TENÓRIO, 2010, p. 89).

Assim, diante da intrincada relação entre Educação Profissional e Tecnológica e políticas de acesso, permanência e êxito, este trabalho tem como meta central reunir, condensar e reportar as principais discussões referentes às políticas de acesso à modalidade em tela a partir de um levantamento bibliográfico dos trabalhos apresentados durante as reuniões anuais promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Fundada em março de 1978, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) é uma entidade sem fins lucrativos que reúne programas de pós-graduação em educação, professores, estudantes e pesquisadores da área. Por fundamentar-se nos princípios de participação democrática, liberdade e justiça social no avanço da ciência, a ANPEd destaca-se como uma das instituições protagonistas no avanço do cenário educacional brasileiro, sobretudo no fomento à educação profissional pública no Brasil, desempenhando também um papel significativo na concepção e consolidação do conceito de educação profissional, inclusive refletindo sobre a nova institucionalidade: os institutos federais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são instituições de educação básica, técnica e tecnológica, com ensino verticalizado (ofertando desde o ensino médio até cursos de pós-graduação *stricto sensu*). Os institutos foram criados a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, durante a gestão do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva. Estes, originam-se da reconfiguração de várias estruturas já existentes, incluindo os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as antigas escolas técnicas e agrotécnicas federais (BRASIL, 2008), além do Colégio Pedro II.

Considerando a influência da ANPEd, bem como a criação dos Institutos Federais, torna-se crucial explorar as discussões e reflexões apresentadas nas reuniões anuais desta associação, portanto, foram escolhidos trabalhos que se alinham com a temática de políticas de acesso à educação profissional.

TRILHAS METODOLÓGICAS

A metodologia adotada para a seleção desses trabalhos baseou-se em critérios específicos, como a análise de grupos de trabalho (GTs) relevantes para o escopo da pesquisa, portanto, escolheu-se o Grupo 5, direcionado à temática do Estado e políticas educacionais, e o Grupo 9, focado na relação entre educação profissional e mundo do trabalho. O recorte temporal se deu a partir da 27ª reunião, ocorrida em 2004, ano da publicação do Decreto nº

5154, de 23 de julho, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Trata-se de um documento que resgata o conceito de oferta de educação profissional de maneira integrada ao ensino médio.

A seleção dos trabalhos envolveu desde um filtro inicial com palavras-chave pertinentes até a leitura completa e crítica dos artigos selecionados, culminando na escolha de um total de 20 trabalhos.

Este texto parte de uma abordagem qualitativa para explorar as percepções e perspectivas de diferentes autores acerca do tema em pauta: políticas de acesso à educação profissional, por tal razão, adotou-se uma abordagem muito semelhante àquela proposta por Gil (2010), na qual divide-se o trabalho em algumas etapas como: a) escolha do tema; b) formulação do problema; c) organização do material; e d) leitura do material. Dessa forma, aqui será discutido a forma com que se elaborou cada uma dessas etapas.

O tema do levantamento bibliográfico foi escolhido com base na pesquisa de iniciação científica na qual este trabalho integra, intitulada "Contribuições da formação e da prática docente para as políticas de acesso, permanência e êxito de estudantes dos cursos integrados do IFRJ/CDUC através da pesquisa-ação"⁵. Por ser uma pesquisa majoritariamente focada na educação profissional e políticas educacionais, este levantamento bibliográfico serve também para ampliar e fortalecer as bases teóricas existentes sobre políticas de acesso e permanência nesta modalidade, buscando uma reflexão acerca das contribuições de diferentes pesquisadores e teorias nesse campo específico.

O problema central desta pesquisa, conforme sugerido no próprio título, indaga sobre as direções, tendências e perspectivas que se discutem nos diversos debates e reflexões no campo da educação.

Para a organização do material a ser lido, primeiro delimitou-se quais grupos de trabalho (GTs) estavam diretamente relacionados à pesquisa. Dentro do contexto dos anais da ANPEd, os GTs representam unidades específicas de discussão e investigação, cada um voltado para abordagens e perspectivas distintas no campo da educação. Diante das opções, dois GTs se destacaram para este levantamento: o Grupo 5, focado nas dinâmicas do Estado e o desenvolvimento de políticas educacionais, e o Grupo 9, dedicado ao estudo da relação entre a educação profissional e o mundo do trabalho. Definidos os GTs, foi necessário selecionar em quais reuniões seriam contempladas. Optou-se por investigar as reuniões anuais

⁵ Projeto aprovado pelo Edital Integrado do IFRJ (2022-2023 e 2023-2024), coordenado pela Profª Drª Andréa Nascimento.

da ANPEd a partir da 27^a, considerando o fato de que nesse período as discussões sobre políticas de acesso à educação profissional e tecnológica estavam ganhando destaque no contexto educacional, principalmente com o início do governo alinhado com a concepção de educação profissional relacionada ao conceito de politecnia. Para a seleção de cada um dos trabalhos, adotou-se um procedimento sequencial. Primeiramente, realizou-se um filtro inicial por meio de palavras-chave relevantes ao recorte da pesquisa, tais como "educação profissional", "educação politécnica", "políticas de acesso e permanência", "ensino médio profissional", "estado e política educacional" e "trabalho e educação". Esse critério permitiu um primeiro agrupamento dos trabalhos potencialmente relevantes. Em seguida, analisaram-se os títulos a partir de uma seleção daqueles considerados mais pertinentes ao tema de pesquisa. Após a análise de títulos e resumos e suas palavras chave, fez-se uma leitura exploratória de cada um dos textos até então selecionados. Dessa forma, seguindo as orientações teórico-metodológicas de GIL (2010) teve-se como objetivo avaliar a pertinência das obras consultadas para com os interesses do trabalho e então selecionar os trabalhos que melhor dialogam com o tema. Por fim, realizou-se a leitura completa dos trabalhos selecionados, permitindo uma análise mais aprofundada e crítica. Essa etapa possibilitou a seleção final dos 20 trabalhos que integram o objeto de estudo deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados⁶ abrangem diversas perspectivas e enfoques sobre políticas educacionais, destacando as complexidades envolvidas no acesso à educação profissional. Dentre as temáticas recorrentes, observa-se discussões sobre política educacional, desafios institucionais e impactos das políticas governamentais na formação profissional.

O GT 9: trabalho e educação - As reuniões 37^a (2015), 38^a (2017), 39^a (2019) e 40^a (2021) dialogam com o tema sobre educação profissional. Seus artigos trazem algumas considerações da importância de sua implementação, que se consolidou, em 2008, no Decreto nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Trata-se de um marco na oferta e diálogo de políticas públicas de educação profissional e tecnológica. Seus autores evidenciaram que os Institutos Federais têm por característica a oferta de educação pública de qualidade e reforçando que esse efeito de modelo tecnocientífico de uma sociedade com enfoque em educar promove

⁶ Para acessar o arquivo contendo os artigos compilados neste levantamento:

https://drive.google.com/file/d/1aZB4qczP21WZba1fYxQV_yecFdk3W773/view?usp=sharing

sinônimo de qualidade e permite ao sujeito a capacidade de ocupar espaço historicamente elitizado.

O ingresso dos estudantes nos institutos federais se dá por meio de processos seletivos. Para aqueles que buscam a graduação, é necessário a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por meio do qual garantem suas vagas através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Já os alunos interessados no ensino médio técnico, grupo de interesse desta pesquisa, provenientes do 9º ano do ensino fundamental, passam por um processo seletivo.

No ano de 2021, a gestão do IFRJ/campus Duque de Caxias estabeleceu um convênio com a prefeitura municipal, resultando na implementação de uma nova forma de admissão de estudantes: o sorteio público de vagas. Esta prática possibilitou a inclusão de diversos perfis de alunos. Diante dessa mudança, surgiram novas preocupações relacionadas à permanência, êxito, acesso e evasão desses estudantes dentro do instituto.

Como medidas para expandir a rede de Institutos Federais (IFs) o governo federal buscou ampliar e democratizar o acesso à educação superior, profissional e tecnológica. Com isso, incluiu a oferta de cursos fora dos grandes centros urbanos, visando formar e incentivar a permanência de profissionais qualificados no interior do país. Essa interiorização reflete nos perfis dos estudantes com diferentes características, origens e/ ou experiências educacionais de acordo com a localidade. Nesse contexto específico, ao adotar o sorteio como método de admissão, o campus Duque de Caxias do IFRJ buscou abrir oportunidades, sem depender exclusivamente de critérios tradicionais como processos seletivos tendo como instrumento de avaliação a prova.

A implementação de políticas públicas educacionais são necessárias para impactar a vida dos estudantes. Com base nos levantamentos feitos das leituras do GT5, em suas reuniões 27ª (2004), 28ª (2005), 29ª (2016), 39ª (2019) e 40ª (2021), seus textos produzidos conversam sobre Estado e Política Educacional e reforçam que a falta de políticas públicas educacionais podem criar desafios significativos em todas as fases do processo educacional, desde o acesso até a permanência e o êxito, afetando negativamente a qualidade e a equidade da educação.

Os artigos evidenciam que esses instrumentos de ação garantem a execução das diretrizes no âmbito da educação e estão ligadas a medidas e tomadas de decisões pelo governo em relação ao ensino e à educação. Assim, o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como agentes estratégicos no desenvolvimento regional atua na estruturação de políticas públicas, mediando a relação entre o poder público e as comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho reflete a complexidade inerente à política de acesso à educação profissional e destaca a presença de diversos fatores interligados. Os resultados obtidos evidenciam a importância em assegurar a permanência e o sucesso acadêmico de alunos que historicamente foram excluídos devido a políticas elitistas. Essa conquista é tangível por meio de políticas públicas bem direcionadas, como o acompanhamento sistemático da trajetória escolar, acesso a materiais didáticos e a implementação de programas como o de alimentação escolar.

Essa análise aprofundada dos 20 artigos submetidos aos seus grupos de trabalho (GT 9: trabalho e educação) e (GT 5: Estado e Política Educacional) permitiu uma compreensão das políticas necessárias para combater o fracasso escolar. Ela também buscou estudar os múltiplos fatores envolvidos nesse fenômeno e como eles se relacionam com a formação de professores, reconhecendo o papel crucial desses profissionais no processo de ensino-aprendizagem

Assim, os resultados desta pesquisa não apenas contribuem para a compreensão da complexidade da política de acesso à educação profissional, mas também oferecem perspectivas valiosas para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e estratégias de formação de professores voltadas para o sucesso acadêmico de todos os estudantes, independentemente de seu histórico de exclusão.

AGRADECIMENTOS

À Ana Alice de Freitas Lana, estudante do curso de Licenciatura em Química, pela leitura atenta deste trabalho.

Ao IFRJ pelo apoio financeiro, que viabilizou a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. Ensino médio integrado a educação profissional: formação para a emancipação ou formação para o mercado? **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 37, 2015.

ALMEIDA, L. C.; STOCO, S. Desempenho escolar e vulnerabilidade social: elementos para se pensar a formulação de políticas públicas educacionais. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 35, 2012.

ARAÚJO, R. M. L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 36, 2013.

BAHIA, N. P. Políticas de enfrentamento do fracasso escolar: inclusão ou reclusão dos excluídos? **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 27, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CÊA, G. S. S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: tendências e riscos. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 29, 2006.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, p. 293-303, 2008.

FERREIRA, E. B. O planejamento da educação profissional no contexto do desenvolvimento sustentável. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 29, 2006.

FERREIRA, L. S.; CASTAMAN, A. S. Trabalho pedagógico no ProfEPT: educação e trabalho como desafios. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 40, 2021.

FERREIRA, R. A.; TENÓRIO, R. M.. A construção de indicadores de qualidade no campo da avaliação educacional: um enfoque epistemológico. **Revista Lusófona de Educação**, v. 15, n. 15, 2010.

FIRMINO, C. A. B.; CUNHA, A. M. O. A pedagogia de competências na reforma da educação profissional no Brasil: entre a teoria e a prática escolar. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 28, 2005.

FONTOURA, J. S. D. A. Os institutos federais como política educacional: a consolidação de um novo contexto emergente. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 39, 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, E. R. Participação, resistência e crise de identidade: política para o ensino médio e educação profissional. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 29, 2006.

GUIMARÃES, E. R. Política para o ensino médio e educação profissional. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 28, 2005.



LIMA, M. Práticas de integração do ensino médio à educação profissional: impactos e limites da pesquisa-ação na rede federal. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 38, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: **Cortez Editora**, 2013. v. único.

MELO, S. D. G. Continuidades e/ou rupturas nas políticas para o ensino médio e educação profissional. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 29, 2006.

MENEZES, G. N. D. O trabalho docente na educação profissional técnica. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 37, 2015.

OSÓRIO, A. C. N. As políticas de educação profissional: discursos e desafios constantes. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 27, 2004.

PELISSARI, L. B. O fetiche da tecnologia e a educação profissional técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 35, 2012.

SÁ, K. R. Cabe ao ensino médio integrado à formação de trabalhadores sob medida? **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 40, 2021.

SANTOS, A. V. Os papéis da família e da escola na constituição dos sujeitos: implicações na formação dos trabalhadores. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 28, 2005.

SOUZA, A. C. O.; SANAVRIA, C. Z. Pressupostos de uma formação continuada de professores e suas contribuições para o entendimento da Educação Profissional e Tecnológica. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 40, 2021.

TEIXEIRA, A. M. F.; SILVA, V. A. Os jovens e os labirintos da educação profissional: trilhas incertas num mundo em transição. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 31, 2008.